



**Contrata
Consultor
na modalidade
Produto**

PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 11/2024

1. Perfil: Nível superior em Gestão Pública

2. Nª de vagas: 01 (uma)

3. Qualificação educacional: Obrigatório diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Gestão Pública e Desejável diploma de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em uma das seguintes áreas: Gestão Pública ou Administração Pública, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

4. Experiência profissional: Obrigatória experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos atividades relacionadas à produção de relatórios, controle e mapeamento de processos, no âmbito da Administração Pública Federal. Obrigatória experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em acompanhamento e análise dos programas e projetos relacionados à implementação das políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal. Desejável: Experiência profissional mínima de 1 (um) ano no uso de Sistemas gerenciais de programas e projetos do Governo Federal, como o Sistema de Transferências voluntárias do Governo Federal - Transferegov e o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC.

5. Atividades:

Atividades a serem executadas pelo consultor

Atividade 1: Realizar levantamento dos processos de transferências financeiras, realizados via sistemas da Administração Federal no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Atividade 2: Mapear os processos de transferências financeiras realizados via sistemas da Administração Federal no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, apontando pendências e dificuldades, com o detalhamento das categorias de pendências, de modo a avaliar os riscos inerentes às ações do FNDE.

Atividade 3: Apresentar diagnóstico dos dados, especificamente das solicitações de pagamentos, considerando o período descrito no cronograma de entregas;

Atividade 4: Elaborar o mapeamento do fluxo dos processos de transferências financeiras, apresentando proposta de revisão.

Atividade 5: Apresentar relatórios técnicos finais com a análise e avaliação dos processos de transferências financeiras realizados via sistemas da Administração Federal no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, incluindo proposta de plano de ação com sugestão de melhorias com base nos estudos realizados.

6. Produtos/Resultados esperados:

Documento Técnico A contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no primeiro semestre de 2024, nas Regiões Norte e Sul do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA. **Documento Técnico B** contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no primeiro semestre de 2024, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA. **Documento Técnico C** contendo estudo avaliativo acerca dos

processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no primeiro semestre de 2024, na Região Nordeste, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA. **Documento Técnico D** contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no segundo semestre de 2024, nas Regiões Norte e Sul do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA. **Documento Técnico E** contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no segundo semestre de 2024, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA. **Documento Técnico F** contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no segundo semestre de 2024, na Região Nordeste, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.

7. Local de Trabalho: Brasília/DF

8. Duração do contrato: 11 Meses

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam com o currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 Análise Curricular:

a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;

b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicadas serão desconsiderados;

c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;

d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;

e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;

f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

9.2 Entrevista:

a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;

c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;

e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua

desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

9.3 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos –de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

10. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

11. Recursos e questionamentos

Eventuais questionamentos ou recursos relacionados aos resultados deverão ser encaminhados para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

Os interessados deverão enviar o Currículo padrão, preferencialmente em formato PDF, do dia 18/07/2024 a 23/07/2024 para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, indicando o número do edital no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste Edital 11/2024.